

Línguas em Contato: Definições e Terminologias

O presente estudo se volta à pesquisa sobre o *code-switching*, um fenômeno lingüístico natural que consiste no uso alternado de dois ou mais códigos nas interações conversacionais entre indivíduos bilíngües. A relevância do tema se mostra clara pela vasta literatura publicada nas últimas décadas⁶, bem como pela falta de consenso acerca de sua definição e classificação dentre os pesquisadores da área de línguas em contato. Antes de proceder com a discussão sobre esta prática discursiva, faz-se necessário elucidar algumas questões terminológicas na literatura em bilingüismo e línguas em contato, já que as nomenclaturas nesta área ainda não foram padronizadas e não há definições universalmente aceitas para cada termo. Como podemos verificar no fragmento a seguir, mesmo o fenômeno da justaposição de duas ou mais línguas no discurso é nomeado de maneiras distintas por diferentes autores:

“Enquanto Pfaff (1979) e Romaine (1986) utilizam ‘mixing’ como um termo genérico para cobrir tanto ‘empréstimo’ (minha ‘transferência’) e ‘codeswitching’, Wentz e McClure (1977) empregam ‘codeswitching’ como o termo genérico com ‘code changing’ (meu ‘code switching’) e ‘code mixing’ (minha ‘transferência’) como subcategorias; e Di Sciullo et al. (1986) (...) aparecem usando ‘code mixing’ como um termo genérico e como o termo principal para o fenômeno sobre consideração, com ‘switching’ ocasionalmente aparecendo como um sinônimo, e ‘switches’ e ‘switching sites’ empregados no decorrer do texto.”

(Clyne, 1987, pp.742-743)

Por esta razão, segue-se, nesta seção, uma breve discussão dos termos principais na literatura em línguas em contato. Inicialmente, definimos bilingüismo e apresentamos o conceito de bilingüidade proposto inicialmente por Hamers & Blanc (1989) e estendido por Savedra & Heye (1995). Em seguida, definimos código, noção essencial na discussão sobre o *code-switching*, e enumeramos os fatores envolvidos na escolha lingüística do indivíduo bilíngüe. Após esta apresentação terminológica, delineamos o objeto central deste trabalho, o *code-switching*, distinguindo-o de outros fenômenos de línguas em contato, como *code-mixing*, empréstimos e interferência.

⁶ O banco de dados *Linguistics and Language Behavior Abstracts* aponta a existência de mais de 1800 artigos sobre o tema entre 1990 e 2006.

2.1.

Bilingüismo e Bilingualidade

Há mais de duas décadas, Grosjean (1982) afirmou que metade da população mundial era bilíngüe, e há razões claras para acreditarmos que este número tem crescido vertiginosamente nos últimos anos, já que, com a globalização, as fronteiras culturais são dissolvidas e o mundo torna-se comunicável por regras e práticas comuns.⁷ Ainda, o autor apontou que o bilingüismo estava presente, já naquela época, em quase todas as nações do mundo. Bem sabemos que o bilingüismo não está restrito aos países ditos bilíngües, como nos aponta Mackey (1976):

“O bilingüismo, longe de ser um fenômeno excepcional, reservado aos países bilíngües, abrange de fato a maioria da população do globo terrestre. Na realidade, há menos bilíngües dentro dos países bilíngües que dentro dos contraditos monolíngües.”

(Mackey, 1976, p.13)

Apesar da difusão universal do bilingüismo, sua conceituação varia imensamente de acordo com cada pesquisador no que diz respeito ao domínio das línguas envolvidas, tendo sido apresentadas descrições completamente divergentes para este fenômeno. Por um lado, encontramos definições extremamente rigorosas, como a sugerida por Bloomfield (1933, p.56), para quem o individuo bilíngüe é aquele que demonstra “controle nativo das duas línguas”. Entretanto, Romaine (1989) nos adverte que tais definições restritivas influenciaram a disseminação de termos como “bilíngüe ideal”, “bilíngüe total”, “bilíngüe completo” ou “ambilíngüe”, utilizados para descrever a capacidade de produção e compreensão perfeitas em mais de uma língua, sem vestígios da interferência de uma na outra. Atualmente, sabemos que este tipo de bilingüismo é extremamente raro, talvez utópico, uma vez que, mesmo que o grau de facilidade e correção gramatical seja o mesmo nas línguas envolvidas, geralmente a alocação de funções sociais para cada língua é complementar, e não, redundante. Por

⁷ Verificamos uma nova geometria do espaço e do tempo, como aponta Veiga-Neto (2002), em que a contemporaneidade promove a abstração do espaço e do tempo, estabelecendo uma nova articulação entre ambos, ditada pela velocidade, que implica a dissolução de fronteiras – compressão do espaço –, onde tudo torna-se instantâneo – compressão do tempo.

exemplo, a facilidade do indivíduo em relação a diferentes tópicos geralmente varia, já que podemos considerar a língua produto da experiência.

Numa direção diametralmente oposta, encontramos definições extremamente inclusivas e minimalistas, como as de Haugen (1953, p.7), que considera bilíngüe qualquer indivíduo capaz de “produzir *enunciados completos, significativos* em duas línguas”, e de MacNamara (1969), que descreveu bilingüismo como a habilidade mínima de falar, ouvir, ler ou escrever numa língua não-materna.

Mackey (1968, p.26), por sua vez, propôs um enfoque mais neutro ao enfatizar que o conceito de bilingüismo é inteiramente relativo, e que, portanto, é impossível determinar o exato momento em que um falante de uma segunda língua torna-se bilíngüe, já que “o bilingüismo varia segundo o grau com o qual a pessoa bilíngüe está sendo medida, dentro de cada uma das línguas consideradas, de compreender, de ler, de falar e de escrever”. Assim, para o autor, o bilingüismo varia segundo as aptidões do indivíduo bilíngüe na compreensão e produção orais e escritas. O pesquisador ainda enumerou uma série de fatores que influenciam o nível de bilingüismo, tais como: grau no domínio do código, funções pragmáticas (uso que o falante faz da língua, condições nas quais o falante emprega a língua), facilidade com que um indivíduo alterna de uma língua para outra (alternância em função do assunto que se fala, da pessoa a quem se dirige e da pressão social a que o falante está sujeito).

Heye (2003) fez um amplo levantamento das diferentes tipologias de bilingüismo elaboradas por diversas abordagens teóricas, e chegou à conclusão que sua complexidade de conceituação reside no fato de os pesquisadores geralmente considerarem-no um fenômeno absoluto e estático. Para o autor, assim como para Mackey, o bilingüismo é um fato relativo e dinâmico.

Para resolver a questão da relatividade e do dinamismo do bilingüismo, Hamers e Blanc (1989) diferenciaram *bilingüismo* – um fenômeno societal – de *bilingüidade* – um fenômeno individual e dinâmico. Savedra e Heye (1995) também adotaram este par conceitual. Para os autores, a situação em que duas línguas coexistem num determinado espaço social é entendida por bilingüismo, e os diferentes contornos ou estágios de bilingüismo pelos quais os falantes passam

em momentos e situações distintas no decorrer da vida são entendidos por bilingualidade.

“A condição de bilíngüe se modifica na trajetória de vida dos indivíduos e assume diferentes contornos em relação ao domínio e à variação de uso de ambas as línguas. (...) A ‘bilingualidade’ é definida como os diferentes estágios distintos de bilingüismo, pelos quais os indivíduos, portadores da condição bilíngüe, passam na sua trajetória de vida. Os estágios são vistos como processos situacionalmente fluídos e definem, de forma dinâmica, a bicompetência lingüística, comunicativa e cultural nas diferentes épocas e situações de vida.”

(Heye, 2003, p.34)

Para definir o estágio de bilingualidade, os autores consideram a idade e a maturidade lingüística como elementos diferenciadores do contexto de aquisição de duas línguas e propuseram a seguinte tipologia das diferentes situações de bilingüismo:

Bilingüismo do tipo Lab:

Resulta da aquisição simultânea de duas línguas (La e Lb), sendo assim, ambas consideradas L1.

Bilingüismo do tipo La + Lb:

Resulta da aquisição de uma segunda língua (Lb) posteriormente a primeira língua (La); porém, antes desta ter sido maturacionada.

Bilingüismo do tipo LM+LE:

Resulta do aprendizado de uma língua (Lb, L2 ou LE) após a primeira língua (L1, La) ter sido maturacionada. Neste caso, Lb, L2 ou LE está subordinada à L1 ou La.

Notamos nesta classificação o uso dos termos *aquisição* e *aprendizado*. O primeiro refere-se à internalização das regras gramaticais e de uso de forma natural, sem necessidade de instrução formal, enquanto o segundo diz respeito à internalização das regras por meio do processo de ensino/aprendizagem. Como vimos, quando aprendemos uma língua por instrução formal, ela torna-se L2

(segunda língua) ou LE (Língua Estrangeira), mas nunca L1 (primeira língua); o que não impede que consideremos tais indivíduos bilíngües (no caso, LM + LE).

Vê-se, portanto, que para a definição do termo bilingüismo, a questão da competência/proficiência lingüística está geralmente no centro da discussão. Auer (1984), contudo, sugere que o fator que torna uma pessoa bilíngüe não é a proficiência, mas o uso de duas línguas em atos comunicativos. Segundo o autor, o bilingüismo é resultado da experiência bilíngüe e não deve ser visto como algo

“meramente dentro da ‘cabeça’ dos falantes, i. e., uma habilidade mental, mas uma característica do comportamento lingüístico diário dos participantes. Você não pode ser bilíngüe na sua cabeça, você precisa utilizar duas ou mais línguas ‘no palco’, na interação, para mostrar aos outros que e como você as utiliza.”

(Auer, 1984, p.7)

Em consonância com o ponto de vista de Auer, Mignolo (2000, p.264) sugere o termo *biilinguaging* como uma tentativa de “incorporar algo que está além do som, da sintaxe e do léxico”. Ele argumenta que enquanto o bilingüismo é uma habilidade, *bilanguaging* é um estilo de vida, o qual devemos entender não como mero exercício estético bilíngüe, mas como um modo de vida em duas ou mais línguas. Esse ponto de vista já havia sido mencionado, mesmo que superficialmente, em Dubois et al. (1978, p.87), para quem o bilingüismo “é a *situação lingüística* na qual os falantes são levados a utilizar alternadamente, segundo os meios ou situações, duas línguas diferentes” (minha ênfase).

2.2.

Códigos

Antes de definir *code-switching*, devemos esclarecer o que é um código, pois é através de sua justaposição que este fenômeno ocorre. A noção de código na Lingüística deriva da Teoria da Informação, na qual um código é um mecanismo que parecia dois grupos de sinais de modo não-ambíguo, reversível e livre de contexto (cf. capítulo 3). Por exemplo, no Código Morse, a letra “s” é sempre representada por três pontos, independentemente de circunstâncias particulares (independência do contexto); “s” somente pode ser representada por três pontos (não ambigüidade); e três pontos neste código serão sempre entendidos

como “s” (reversibilidade). O Código Morse não é o inventário de combinações de pontos e linhas equivalentes a letras, mas a regra abstrata que relaciona as letras a estas combinações.

Esta noção de código foi aplicada sistematicamente à fala inicialmente por teóricos da informação, como Fano (1950), e posteriormente por Jakobson, Fant e Halle (1952), que fizeram uma releitura da dicotomia saussuriana *langue/parole* em termos de código/mensagem. Segundo este modelo, o signo lingüístico mapeia significados nos códigos lingüísticos que estão “armazenados no cérebro do falante” (Fano, 1950, p.695). Vejamos a definição de código proposta por Dubois et al., que também se encaixa neste ponto de vista:

“Integrado no processo da comunicação, um código é um sistema de transmutação da forma de uma mensagem em outra forma que permite a transmissão da mensagem. P. ex., a escrita é um código que permite transformar em mensagem gráfica uma mensagem acústica (...). A operação pela qual se transmuda a substância mensagem em sua nova forma codificada chama-se *codificação*.”

(Dubois et. al., 1978, p.114)

Os autores complementam: “A forma codificada não sofreu *nenhuma* modificação de sentido” (minha ênfase). Logo, podemos ver que esta aplicação da noção de código não dá conta do sentido pragmático da informação nem da interpretação que o falante faz da mensagem. Por outro lado, pesquisadores da sociolingüística interacional, tais como Grice, Searle, Gumperz e Duranti, enfatizam que a maior parte da compreensão depende das particularidades da relação entre conteúdo literal e contexto, o que levou à inadequação do modelo de código proveniente da Teoria da Informação à comunicação humana.

Atualmente, a visão geral acerca do conceito de código é idêntica à noção de variedades lingüísticas. Ervin-Tripp (1964, p.90) propôs a seguinte definição de código: “*Código* ou *variedade* consiste em um grupo sistemático de sinais lingüísticos que co-ocorrem em ambientes definidos”. Portanto, o termo código é uma conceptualização relativamente neutra e abrangente de uma variedade lingüística, seja ela uma língua ou um dialeto. Romaine (1989, p.121) também ressaltou: “Utilizarei o termo ‘código’ (...) num sentido geral para me referir não somente a línguas diferentes, mas também a variedades da mesma língua, bem como estilos dentro de uma língua”.

Numa abordagem mais radical, Auer (1998, 1999) afirmou que tais definições são limitadas, pois os próprios falantes bilíngües não necessariamente entendem por código aquilo que os lingüistas definem como tal. Alguns falantes podem considerar sistemas aparentemente distintos como semelhantes e códigos aparentemente similares como separados. Auer propôs que aquilo a ser levado em conta como um código deve se referir às noções dos participantes, e não, dos lingüistas, o que nos leva a uma *abordagem interpretativa* do bilingüismo, na qual o autor sugere que não se deve partir da pressuposição que o *code-switching* consiste de duas línguas ou dialetos utilizados alternadamente e a partir daí prosseguir para a investigação das funções das alternâncias. O autor recomenda que se “inicie da observação que há dois grupos de variáveis co-ocorrendo, entre as quais os participantes alternam numa maneira interacionalmente significativa, e então prosseguir em vê-las como constituindo dois códigos” (Auer, 1998, p.13) (cf. seção 4.6.1). Mais adiante, ele argumenta que o único modo possível de provar que falantes bilíngües de fato distinguem entre os dois códigos e, portanto, consideram-nos códigos separados é “ao mostrar que a alternância entre este grupo e outro é utilizada de maneira significativa na conversação bilíngüe” (Auer, 1998, p.13). Em trabalho posterior, o autor afirma que a noção de código está bem próxima do que Gumperz chamou de pistas de contextualização, e que o significado de código deve ser estendido para “grupos de pistas prosódicas de contextualização” (Auer, 1999, p.313).

Meeuwis e Blommaert (1998, p.76) deram um passo adiante em sua noção de código ao sugerir uma “visão monoletal do *code-switching*”, oposta a uma visão “dialetal” deste fenômeno, na qual “a variante alternada em geral utilizada pelos falantes não é vista como um produto da mistura entre duas ou mais línguas (com a sua implicatura de conhecimento pleno destas línguas), mas como *um código por direito*”. Em sua análise sobre o *code-switching* no Zaire, os autores chegaram à conclusão de que as línguas envolvidas na alternância não possuem uma realidade interacional independente para a maioria dos falantes, tratando-se, portanto, de um “código de *code-switching*”, idéia relacionada à noção de *code-switching* não-marcado proposta por Myers-Scotton (1993b) (cf. seção 4.5.3.1).

2.3.

Escolha do código

Nas interações verbais monolíngües, o falante constantemente muda a variante da língua que utiliza com base em fatores pragmáticos. Por exemplo, geralmente um indivíduo dirige-se a um amigo de maneira muito mais informal que ao falar com o presidente da empresa onde trabalha. Ervin-Tripp (1964) enumerou quatro variáveis envolvidas nesse processo. Primeiro, a escolha da variante depende do *setting* e da *situação*, como uma reunião de trabalho, uma palestra, um encontro de família ou uma festa, entre outros. Segundo, levam-se em consideração os *interlocutores*, isto é, sua idade, sexo, ocupação, status socioeconômico, origem e etnia, além de seus papéis sociais em relação ao outro participante da interação, como por exemplo pai-filho, patrão-empregado, marido-mulher. Terceiro, a podemos mudar de variante de acordo com o *tópico* da conversa. Por fim, a escolha relaciona-se à *função da interação*, ou seja, um pedido, um agradecimento e assim por diante.

Num ambiente envolvendo indivíduos bilíngües ou multilíngües, contudo, a situação se torna mais complexa, uma vez que a competência pragmática bilíngüe permite que o indivíduo opte, em cada interação conversacional, não somente por variantes de uma mesma língua, mas também por línguas ou dialetos diferentes. Fishman (1965) enumerou três fatores envolvidos na escolha de código, que possuem saliência variável de acordo com as condições interacionais em questão. O primeiro é o *pertencimento ao grupo*, que envolve critérios como idade, sexo, raça e religião. Em seguida, o autor apontou a relevância da *situação* ou *ambiente*, que diz respeito aos participantes, ao ambiente físico e às funções e estilos do discurso. Por fim, o *tópico* surge como causa fundamental na escolha lingüística, uma vez que os falantes podem optar por línguas diversas ao tratar de tópicos diferentes.

De maneira análoga, Blom e Gumperz (1972), em seu estudo clássico sobre o significado da escolha lingüística na comunidade norueguesa de Hennesberget, afirmaram que as opções lingüísticas dentro do repertório de uma comunidade servem para simbolizar as diferentes identidades sociais que seus membros podem assumir. Os autores também apontaram que a seleção dos

códigos é afetada pelos *participantes*, pelo *ambiente* e pelo *tópico*, ressaltando que os critérios sociais restringem aqueles de ordem puramente lingüística ou pessoal:

“Podemos visualizar a comunicação verbal como um processo de duas etapas. Na etapa 1, os falantes recolhem pistas de fora e traduzem-nas em estratégias comportamentais apropriadas. (...) Na etapa 2, estas estratégias comportamentais são por sua vez traduzidas em símbolos verbais apropriados. Os [fatores] determinantes deste processo comunicativo são o conhecimento do falante a respeito do repertório lingüístico, da cultura e da estrutura social, e sua habilidade em relacionar este tipo de conhecimento às restrições contextuais.”

(Blom & Gumperz, 1972, p.422)

Ainda, cabe ressaltar que os falantes não escolhem necessariamente um único código em detrimento de outro, mas podem mudar sua escolha durante a interação, ou mesmo utilizar o *code-switching* como um modo de discurso (Poplack, 1980), isto é, com a alternância entre códigos caracterizando o discurso como tal; e assim, refletindo sua dupla identidade étnico-cultural. Grosjean (1982) ilustra esta escolha através de dois estágios nos quais o falante opta inicialmente pela língua em que conduzirá a interação e, caso seja bilíngüe, decide, mesmo que inconscientemente, se vai ou não alternar entre códigos. A figura abaixo, adaptada de Grosjean (1982), ilustra estes estágios:

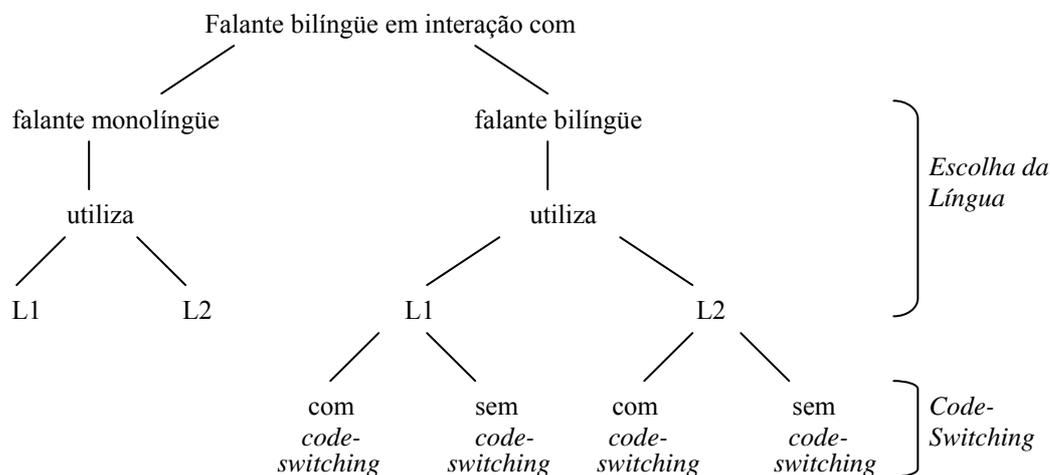


FIGURA 1: Estágios de escolha lingüística (Grosjean, 1982, p.129)

Inicialmente, devemos diferenciar se o falante bilíngüe está numa interação com falantes monolíngües ou bilíngües. No primeiro caso, sua escolha obviamente será a língua de seu interlocutor e a interação será monolíngüe, uma

vez que estes geralmente não alternam entre códigos. No segundo caso – entre bilíngües –, o autor ressalta que a língua apropriada para a interação é escolhida sem esforço e geralmente inconscientemente. Esta escolha não é randômica e envolve diversos fatores, que Grosjean, da mesma maneira que Ervin-Tripp (1964), divide em quatro grupos, e que muitas vezes se mesclam no momento da decisão. O primeiro fator apresentado por Grosjean (1982) é o *participante* e a ele se relaciona uma série de variáveis, como sua proficiência lingüística, preferência lingüística, status socioeconômico, idade, sexo, ocupação, educação, etnia, histórico de interações lingüísticas anteriores, grau de intimidade, relações de parentesco, relações de poder, atitude em relação às línguas e pressão externa. O segundo fator é a *situação*, que inclui a localização e o *setting*, a presença de monolíngües, o grau de formalidade e o grau de intimidade. Terceiro, leva-se em conta o *conteúdo discursivo*, isto é, o tópico e o tipo de vocabulário. Por fim, considera-se a *função da interação*, como, por exemplo, aumentar o status, criar distância social, excluir alguém, pedir ou comandar. Geralmente uma combinação de vários desses fatores motiva a escolha da língua.

Gumperz (1982) ressaltou que a escolha não marcada é feita de maneira suave e quase que instantânea, não havendo, portanto, negociações abertas a respeito da língua a ser utilizada, uma vez que há uma “partilha de códigos e princípios de interpretação” e “pressuposições tácitas” entre os participantes (p. 75). Assim, mesmo que os falantes sejam livres em relação à sua escolha de código, a interpretação de tal escolha é restrita. Logo, podemos afirmar que a escolha lingüística envolve tanto fatores macrolingüísticos quanto microlingüísticos.

2.4.

Code-switching

De acordo com Alvarez-Cáccamo (1998, p.29), “a noção de ‘codeswitching’ experimentou a multiplicação, fragmentação e metamorfose características que um termo conceitualmente rico está sujeito a experimentar”. Como veremos adiante, o termo *code-switching* provém da expressão *switching code*, sugerida por Jakobson, Fant e Halle (1952), com base na Teoria da

Informação (Fano, 1950) e na noção de sistemas fônicos coexistentes (Fries & Pike, 1949) da fonologia estrutural (cf. capítulo 3). A lexicalização da expressão – de *switching code* para *code-switching* – reflete seu papel central na literatura em bilingüismo e línguas em contato.

Na seção anterior, vimos que a pesquisa em *code-switching* tradicionalmente se baseou na identificação de códigos e variedades lingüísticas como conceitos idênticos. Alguns autores ressaltam que o *code-switching* refere-se à alternância somente entre línguas, enquanto outros consideram sua ocorrência entre códigos, ou seja, abarcando línguas e dialetos. No primeiro grupo, temos Grosjean (1982, p.145), para quem esta prática lingüística diz respeito ao “uso alternado de duas ou mais línguas no mesmo enunciado ou interação”. De acordo com o autor, uma única palavra, um sintagma, uma sentença ou mesmo várias sentenças podem ser alternadas no decorrer de uma mesma interação conversacional. Ainda, Milroy e Muysken (1995, p.7) também definiram *code-switching* como “o uso alternado de duas ou mais línguas por bilíngües na mesma conversação”, bem como Heller (1988, p.1), que considera este fenômeno “o uso de mais de uma língua no curso de um único episódio comunicativo”. No segundo grupo, temos Gumperz (1982, p.59), que definiu *code-switching conversacional* como “a justaposição dentro do mesmo segmento de fala de passagens pertencentes a dois sistemas ou subsistemas gramaticais diferentes”. O pesquisador apontou que os falantes bilíngües se comunicam fluentemente entre códigos, sem pausas ou mudanças no ritmo da sentença ou na prosódia que marquem sua alternância. Em consonância com o ponto de vista de Gumperz, Myers-Scotton (1993b, p.1) afirmou que tal prática envolve a “alternância entre variedades lingüísticas dentro da mesma conversação”.

Uma vez que o conceito de código engloba línguas e dialetos, adotamos a definição mais ampla de *code-switching* como o uso alternado de dois ou mais códigos na mesma interação verbal. Por fim, cabe ressaltar o caráter significativo deste fenômeno discursivo:

“No CS [*code-switching*], o contraste entre um código e outro (ou uma língua e outra) é significativo, e pode ser interpretado pelos participantes como indexando (contextualizando) alguns aspectos da situação (...) ou alguma característica do falante (...).”

(Auer, 1999, p.310)

Na literatura, freqüentemente buscaram-se tipologias para classificar o *code-switching*, dependendo de, por exemplo, onde a alternância ocorre na sentença ou em aspectos que afetam seu uso. As categorizações clássicas do *code-switching* são a divisão proposta por Blom e Gumperz (1972) entre *code-switching situacional* e *code-switching metafórico*, e a distinção proposta por Poplack (1980, 1981) entre *tag-switching*, *code-switching intrasentencial* e *code-switching intersentencial*, como veremos a seguir.

2.4.1.

Code-switching metafórico e situacional

Buscando compreender as funções do *code-switching*, Blom e Gumperz (1972) dividiram esta prática em dois grupos principais: *code-switching situacional* e *code-switching metafórico*. O primeiro consiste numa mudança nas normas que governam a interação, redefinindo, portanto, a situação; enquanto o segundo “enriquece a situação, permitindo a alusão de mais de uma relação social dentro da situação” (Gumperz & Hymes, 1972, p.409).

O *code-switching situacional* ocorre quando as línguas utilizadas mudam de acordo com a situação em que os falantes se encontram, havendo assim, “claras mudanças na definição dos participantes de seus direitos e obrigações”. Desse modo, uma mudança de participante, ambiente ou atividades pode redefinir a situação e assim, afetar a alternância. Assim, este tipo de alternância “assume uma relação direta entre língua e situação social” (Blom & Gumperz 1972, p.424). Os autores ilustram este tipo de *code-switching* ao afirmarem que, em Hemnesberget, onde são faladas duas variantes do norueguês (ranamål e bokmål), os professores ministram aulas formais, em que interrupções não são encorajadas, em bokmål; e fazem uso do ranamål quando pretendem estimular a discussão entre os alunos.

O *code-switching metafórico*, por sua vez, “relaciona-se a tipos particulares de tópicos ou assuntos mais que a mudanças na situação social” (Blom & Gumperz, 1972, p.425). É interessante notar que alguns tópicos podem ser discutidos em ambos os códigos, mas a escolha do código adiciona uma

nuance ao que está sendo dito sobre o tópico, uma vez que a escolha pressupõe certos valores sociais:

“O efeito semântico do code-switching metafórico depende da existência de relações regulares entre variáveis e situações sociais (...). O contexto em que um de um grupo de alternativas é regularmente usado torna-se parte do seu significado, assim, quando esta forma é empregada em um contexto onde não seja normal, isto traz um pouco do sabor do ambiente original.”

(Blom & Gumperz, 1972, p.425)

Portanto, este tipo de *code-switching* tem uma dimensão afetiva: a mudança de código redefine a situação – formal para informal, séria para com humor, e polida para solidária. Os pesquisadores ilustram o *code-switching metafórico* ao relatarem que os funcionários que atendiam aos clientes num escritório de administração em Hemnesberget utilizavam as duas variedades lingüísticas de acordo com o assunto tratado. Quando conversavam entre si sobre assuntos familiares, utilizavam o ranamål; já quando tratavam de assuntos de trabalho, faziam uso do bokmål.

O trabalho de Blom e Gumperz (1972) teve enorme sucesso entre os pesquisadores e é citado como obra de referência em praticamente a totalidade dos artigos sobre as motivações sociais do *code-switching*. Myers-Scotton (1993a) aponta que o que fascinou os pesquisadores na época foi a idéia de que a mudança de código no discurso monolíngüe poderia servir aos mesmos propósitos do uso de expressões metafóricas no discurso monolíngüe. Gumperz e Hernández-Chavez (1970), sem utilizar o nome *code-switching* metafórico, também apontaram para este uso da alternância entre códigos:

“Codeswitching (...) é significativo da mesma maneira que a escolha de vocabulário é significativa. (...) Este processo é um processo metafórico similar ao que lingüistas interessados em estilo literário chamaram de *foregrounding* [colocar em primeiro plano] (...). *Foregrounding* (...) leva em conta que palavras são mais que nomes para as coisas. Palavras também carregam uma série de associações, atitudes e valores culturalmente específicos. (...) Nós assumimos que o que funciona para palavras individuais também funciona para [códigos] alternativos.”

(Gumperz & Hernández-Chavez, 1970, p.300)

Em Gumperz (1982), o autor estende suas idéias, deixa de discutir o *code-switching* em termos de *metafórico* e *situacional*, e introduz o termo *code-switching conversacional*:

“O code-switching conversacional pode ser definido como a justaposição dentro da mesma interação discursiva de passagens pertencentes a dois sistemas ou subsistemas gramaticais. (...) Os falantes são fluentes em ambas as línguas e utilizam-nas no curso de suas rotinas diárias.”

(Gumperz, 1982, p.59)

Gumperz enfatiza o uso criativo da alternância entre códigos, e afirma que a “seleção de variantes é em grande parte devida a processos subconscientes” (p.69). O autor se afasta de uma visão puramente determinista da escolha lingüística ao afirmar que a preocupação principal dos falantes é o efeito comunicativo de seus enunciados, e que assim, eles produzem intencionalmente seus significados através da escolha lingüística.

2.4.2.

A tipologia de Poplack

As instâncias de *code-switching* também podem ser caracterizadas de acordo com a sua posição na sentença ou enunciado e/ou com seu tamanho. Poplack (1980) sugere uma divisão em três categorias, dependendo da posição das alternâncias em relação à sentença e “(d)o grau presumido de proficiência bilíngüe necessária para produzi-las” (p.247). As categorias são *tag-switching*, *code-switching intersentencial* e *code-switching intrasentencial*.

O *tag-switching* representa a categoria mais baixa apresentada por Poplack. Neste tipo de *code-switching*, o falante produz um enunciado em uma língua, exceto por uma expressão, como por exemplo, interjeições e expressões idiomáticas, em outra língua. Como os *tags* estão sujeitos a restrições sintáticas mínimas, eles podem ser inseridos em diversas posições num enunciado monolíngüe sem violar regras sintáticas; portanto, este tipo de alternância pode ser produzido mesmo quando o falante possui conhecimento limitado da língua estrangeira. Apresentamos a seguir exemplos deste tipo de *code-switching* em diferentes pares de línguas:

- (5) Português – *inglês* (dados próprios, ainda não publicados):
 Isso é uma coisa – *knock on wood* – que não tem acontecido aqui. Graças a Deus os meninos não têm batido o carro.
 (Isso é uma coisa – *bate na madeira* – que não tem acontecido aqui. Graças a Deus os meninos não têm batido o carro.)
- (6) Finlandês – *inglês* (Poplack, Wheeler & Westwood, 1989, *apud* Romaine, 1989:122):
 Mutta en mä viittinyt, *no way*.
 (Eu não estou chateado, *de jeito nenhum*.)
- (7) Alemão Baixo – *inglês* (Auer, 1998, p.18):
See, wir sind ausnandergegangen, see.
 (*Vê, nós tomamos caminhos diferentes, vê.*)

O *code-switching intersentencial*, por sua vez, envolve sentenças inteiras ou segmentos maiores e também pode ocorrer entre turnos de fala. Este tipo de *code-switching* demanda maior competência na segunda língua que o *tag-switching*, pois porções maiores do discurso devem se adequar às regras das duas línguas, como podemos ver nos exemplos abaixo:

- (8) Inglês – *espanhol* (Poplack, 1980, p.594):
 Sometimes I'll start a sentence in Spanish y termino en Español [sic].
 (Algumas vezes eu começo uma sentença em espanhol e termino em espanhol.)
- (9) Hindi – *inglês* (Gumperz, 1982, p.93):
 Timarpur ki bās samne k həri thi. *Then I thought I might as well take it.*
 (O ônibus para Timarpur estava parado diante de mim. *Então eu pensei que também poderia pegá-lo.*)
- (10) Inglês – *alemão* (Stockwell, 2002, p.33):
 We're going to Nicki's house at nine and maybe to the Bomb afterwards.
 (pequena pausa) *Kristina bleibt allerdings zu Hause sie muss noch arbeiten.*
 (Nós vamos para a casa da Nicki as nove e talvez a Bomb [discoteca] depois. *Infelizmente Kristina ficará em casa porque ela ainda precisa trabalhar.*)

O *code-switching intrasentencial* representa a categoria final na escala de Poplack, e ocorre no interior de uma sentença ou oração; logo, apresenta maior risco sintático. Assim, este tipo de alternância demanda um nível ainda maior de competência em ambas as línguas, como vemos a seguir:

- (11) Francês – *inglês* (Poplack, 1988, p.224)

Les français apprennent l'allemand parce que *they have to deal with them* économiquement là.

(Os franceses aprendem alemão porque *eles têm que lidar com eles* economicamente.)

- (12) Inglês – *espanhol* (Poplack, 1980, p.589):

He was sitting down *en la cama, mirandonos peleando*, y really, I don't remember *si el nos separo* or whatever, you know.

(Ele estava sentado *na cama, vendo-nos brigar e* realmente, eu não lembro *se ele nos separou* ou qualquer coisa, você sabe.)

- (13) Kinyarwanda – *francês* (Gafaranga & Torras, 2002, p.4):

A: Bo bata bataye ubutaka bwabo bazarwana *avec*

(Eles que perderam suas terras vão lutar *com*)

B: *//pour pour reconquérir leurs*
terres

(*para para reconquistar suas terras*)

A: *Voilà*. Ubwo ba ba barecruta abajeunes ibihumbi bitatu.

(*Isso*. Eles recrutaram três mil jovens.)

Romaine (1989) ressalta que os três tipos de *code-switching* podem ser encontrados num mesmo evento discursivo, como podemos ver no enunciado panjabi-inglês já apresentado anteriormente:

- (14) Panjabi – *inglês* (Romaine, 1989, p.122):

I mean I'm guilty in that sense ke ziada wsi *English* i bolde fer ode nal eda hwnda ke twhadi jeri zəban, ε, na? Odec hər ik *sentence* ic je do tin *English* de word honde (...) *but I think that was wrong. I mean*, mə khəd cana mə ke, na, jədo panjabi bolda ε, *pure* panjabi bola wsi mix kərde rene ā. *I mean, unconsciously, subconsciously*, kəri janee, *you know*, pər *I wish, you know* ke mə *pure* panjabi bol səka.

(*Eu quero dizer que eu sou culpado também no sentido* que nós falamos *inglês* mais e mais, e então o que acontece é que quando você fala sua própria língua, você coloca duas ou três *palavras* em *inglês* em cada

sentença (...) mas eu acho que isso era errado. Quero dizer, eu mesmo gostaria de falar panjabi puro sempre que eu falo panjabi. Nós continuamos misturando. Quero dizer, inconscientemente, subconscientemente, nós continuamos fazendo, você sabe, mas eu gostaria, você sabe que eu poderia falar panjabi puro.)

2.5.

Code-switching e outros fenômenos lingüísticos

Para um falante monolíngüe que presencia uma interação entre indivíduos bilíngües, parece que fenômenos como *code-switching*, *code-mixing*, empréstimos e interferência são similares, uma vez que todos envolvem a mistura de línguas no discurso. Entretanto, eles se distinguem por alguns fatores, em particular pelo grau de fluência do falante, como veremos adiante. Em seguida, com o objetivo de elucidar esta terminologia em línguas em contato, apresentaremos cada um destes fenômenos individualmente, buscando contrapô-los à prática discursiva conhecida como *code-switching*.

2.5.1.

Code-switching e code-mixing

A distinção entre os termos *code-switching* e *code-mixing* é controversa na literatura em línguas em contato. Ambos referem-se à justaposição de códigos lingüísticos dentro de uma mesma interação conversacional, mas muitos pesquisadores se dividem ao classificar estas práticas lingüísticas amparados numa descrição de bases sintático-gramaticais ou funcionais. Podemos iniciar essa discussão com os exemplos abaixo:

(15) Francês – *inglês* (Grosjean, 1982, p.113):

A: Tu veux du café ou du thé?

(Você quer café ou chá?)

B: Du café, mais dans un *mug*, s'il te plaît.

(Café, mas numa *caneca*, por favor.)

(16) Inglês – *francês* (Grosjean, 1982, p.114):

Now it's really time to get up. *Lève-toi.*

(Agora é realmente a hora de levantar. *Levante-se.*)

Em (15), um item lexical do inglês é inserido numa sentença em francês. Vimos que este fenômeno, denominado *code-switching intrasentencial*, caracteriza-se pela mistura de unidades lingüísticas de dois ou mais sistemas ou subsistemas gramaticais dentro de uma sentença. Já em (16), verificamos a alternância entre dois códigos em sentenças diferentes. Neste caso, temos o *code-switching intersentencial*, isto é, o uso de unidades lingüísticas de dois ou mais códigos fora dos limites das sentenças.

Uma parte dos pesquisadores em línguas em contato, em especial aqueles que têm como objetivo desenvolver uma gramática do *code-switching*, reservam o termo *code-mixing* para a mistura de códigos dentro de um mesmo enunciado, considerando *code-switching* somente a alternância entre códigos além dos limites da sentença (cf. Singh, 1985; Bokamba, 1988; Berruto, 1997; Ritchie & Bathia, 2004). A razão para tal divisão deve-se ao fato que somente o *code-mixing* - ou *code-switching intrasentencial* - requer a integração das regras morfosintáticas dos diferentes códigos envolvidos no discurso. Para estes autores, portanto, (15) seria um exemplo de *code-switching*, e (16), um exemplo de *code-mixing*. Entretanto, mesmo dentro de uma abordagem sintático-gramatical, esta distinção pode ser ressaltada através dos termos *code-switching intrasentencial* e *intersentencial*, já amplamente estabelecidos na literatura; sendo, portanto, desnecessária a separação entre *code-mixing* e *code-switching* sob tais rótulos.

Um segundo grupo de pesquisadores, de orientação funcionalista, cujo objeto de análise engloba as motivações sócio-psicológicas e funções conversacionais da alternância de códigos, não considera necessária esta distinção e adota *code-switching* como a única tipologia para definir a prática de alternar entre códigos dentro ou fora dos limites das sentenças (cf. Gumperz, 1982; Trudgill, 1974; Romaine, 1989; Stockwell, 2002). Dentro desta abordagem, a distinção acima é neutralizada no evento de fala, uma vez que a interação entre os dois tipos de *code-switching* é tão complexa e intrincada que muitas vezes fica difícil delimitar um do outro.

O enunciado abaixo novamente ilustra a neutralização desta distinção, já que os fragmentos em inglês ocorrem sob a forma de sentenças inteiras (“you

have become a dirty boy”, “this is your punishment”), sintagmas (“drawing room”) e itens lexicais (“Papa”, “friends”, “boots”, “polish”) e foram misturados dentro de um discurso claramente hindi, tanto dentro quanto fora dos limites das sentenças:

(17) Hindi – *inglês* (Bathia, 1982, p.243):

Baabaa, you have become a dirty boy. Itne bare ho gaye, par itnii tamiiz nahii aayii ki drawing room me Papa ke friends hai aur aap apne boots liye cale aaye, jao xud polish karo. This is your punishment.

(Baabaa, *you se tornou um menino sujo. Você cresceu tanto, mas não aprendeu modos. Na sala de estar, os amigos de Papai estão sentados e você entrou com seus sapatos. Vá, encere seus sapatos. Esse é o seu castigo.*)

2.5.2.

Empréstimos

A dificuldade de distinção entre *code-switching* e empréstimos parece ser uma das mais ambíguas na pesquisa em línguas em contato, e foi chamada por Weinreich, Labov e Herzog (1968) de “problema de transição”. Segundo os autores, como a mudança lingüística é um processo diacrônico, é difícil determinar em que momento um item lexical particular recebe o *status* de empréstimo. Por esta razão, a diferenciação entre este fenômeno e *code-switching* envolvendo apenas um item lexical é um tema controverso na literatura em línguas em contato.

Segundo Poplack (1988), a diferença entre estes fenômenos tem sido debatida há anos e ainda não há resoluções definitivas acerca do assunto. Com base em sua análise do comportamento lingüístico de uma comunidade porto-riquenha de Nova York, a pesquisadora chegou à conclusão de que a distinção entre *code-switching* e empréstimos torna-se mais difícil quanto menor o constituinte trocado, como nos exemplos a seguir:

(18) Espanhol – *inglês* (Poplack, 1980, p.589):

Salian en sus carros y en sus snowmobiles.

(Saíam em seus carros e em seus *trenós motorizados.*)

(19) Inglês – *français* (Gumperz, 1982, p.69):

She is a *grande dame*.

(Ela é uma *grande mulher*.)

Além disso, os próprios falantes muitas vezes desconhecem o caráter não-nativo de palavras emprestadas. Um falante de inglês pode, por exemplo, utilizar as palavras “ballet” (balé) e “pork” (porco) sem saber que ambas são empréstimos do francês, ou então o termo “ski” (esqui), desconhecendo sua origem escandinava; enquanto a palavra “fiancé” (noivo) e a expressão “chaise longue” (espreguiçadeira) são percebidas claramente como empréstimos. No português, utilizamos uma série de expressões provenientes da língua inglesa, como “hot-dog”, “internet”, “office boy”, entre outras. Contudo, podemos notar que tais palavras pertencem ao vocabulário tanto de falantes bilíngües quanto monolíngües, distinguindo-se, deste modo, do fenômeno compreendido como *code-switching*.

Podemos dizer que palavras ou expressões emprestadas possuem as seguintes características que os distinguem de *code-switching*: Em primeiro lugar, empréstimos não requerem fluência nem mesmo conhecimento de uma segunda língua. O material emprestado faz parte do léxico de indivíduos monolíngües e bilíngües, enquanto o *code-switching* é limitado aos bilíngües. Outra característica das palavras emprestadas é a assimilação dentro de uma língua através de processos fonológicos e morfológicos, como aponta Grosjean (1982):

“Uma mudança de código pode ser de qualquer tamanho (uma palavra, um sintagma, uma sentença) e é uma mudança completa para a outra língua, enquanto um empréstimo é uma palavra ou pequena expressão adaptada fonologicamente ou morfológicamente à língua sendo falada.”

(Grosjean, 1982, p.308)

Podemos afirmar que os empréstimos são inseridos na gramática da língua que os toma emprestado após adaptação fonológica e morfológica. Em geral, falantes pronunciam os empréstimos de acordo com as regras morfo-fonológicas de sua língua materna, como podemos ver nos exemplos de empréstimos do inglês a seguir, já inseridos no vocabulário do falante monolíngüe de português:

Palavra	Pronúncia no inglês	Pronúncia no português
<i>Flat</i>	[ˈflæt]	[ˈflætʃi]
<i>Mouse</i>	[ˈmaʊs]	[ˈmauzi]
<i>Light</i>	[ˈlaɪt]	[ˈlaɪtʃi]

TABELA 1: Exemplos de empréstimos ingleses no português

Poplack (1980) propôs três critérios para determinar o *status* do material não-nativo encontrado em enunciados produzidos por falantes bilíngües, com base em seu grau de integração ao que ela chamou de *língua de base*⁸: (i) integração fonológica, (ii) integração morfológica, e (iii) integração sintática. A autora identificou quatro combinações possíveis, mostradas na tabela a seguir:

Tipo	Nível de integração à língua de base			Resultado
	Fonológico	Morfológico	Sintático	
1	✓	✓	✓	Empréstimo
2	×	×	✓	<i>code-switching</i>
3	✓	×	×	<i>code-switching</i>
4	×	×	×	<i>code-switching</i>

TABELA 2: Identificação do *code-switching* proposta por Poplack (1980)

A autora argumenta que um empréstimo é um item lexical que foi integrado fonológica, morfológica e sintaticamente para se encaixar em outra língua, enquanto o *code-switching* retém “as inflexões e características de sua língua” (221), como podemos verificar nos tipos 2, 3 e 4 da tabela acima. Mais tarde, a autora (Poplack, Wheeler & Westwood, 1989) descartou o critério de integração fonológica devido à sua grande variabilidade encontrada em estudos posteriores e identificou a existência do *nonce borrowing*, que consiste em itens lexicais ou morfemas de fronteira integrados sintática e morfológicamente à língua de base, sem necessariamente mostrar integração fonológica.

⁸ A língua de base pode ser considerada aquela cujos traços fonológicos, morfológicos e sintáticos são mais frequentes num enunciado em que há alternância entre códigos. Cf. a noção de *língua matriz* proposta por Joshi (1985) na seção 5.2.2 e estendida por Myers-Scotton (1993b) na seção 5.3.1.

Gumperz (1982) também descarta a integração fonológica como essencial e ressalta o fato de empréstimos serem integrados à morfossintaxe da língua que os tomou emprestado:

“Empréstimos podem ser definidos como a introdução de palavras ou expressões idiomáticas curtas, congeladas, de uma variedade dentro da outra. Os itens em questão são incorporados dentro do sistema gramatical da língua que os toma emprestado. Eles são tratados como parte do seu léxico, tomam suas características morfológicas e entram em suas estruturas sintáticas.”

(Gumperz, 1982, p.66)

No que diz respeito à sua função discursiva, os empréstimos servem primariamente à função lingüística de preencher um espaço na língua que o adota, enquanto o *code-switching* é motivado por fatores sócio-pragmáticos, como por exemplo, a manutenção de determinada identidade social. Empréstimos são restritos a itens lexicais específicos da língua que o adota, enquanto que no *code-switching* os itens são escolhidos livremente de ambas as línguas (Bathia & Ritchie, 1996). Os enunciados abaixo contêm dois exemplos de *code-switching*:

(20) Português – *inglês* (dados próprios, não publicados):

Posso passar o *vaccum cleaner* aqui?

(Posso passar o *aspirador de pó* aqui?)

(21) Português – *inglês* (dados próprios, não publicados):

Você viu o *postcard* que eu comprei?

(Você viu o *cartão postal* que eu comprei?)

(22) Português – *inglês* (dados próprios, não publicados):

Eu estava no meio de um *traffic jam*.

(Eu estava no meio de um *congestionamento*.)

Os exemplos acima são claramente de *code-switching*, uma vez que os itens lexicais *aspirador de pó*, *cartão postal* e *congestionamento* ou *trânsito* existem no português, e as expressões *vaccum cleaner*, *postcard* e *traffic jam* não estão adaptadas à morfossintaxe desta língua e não fazem parte do vocabulário de seus falantes monolíngües.

Poplack (1988) ainda apontou a freqüência de uso como outra maneira de se diferenciar empréstimos de *code-switching*. Assim, uma expressão não-nativa

produzida com muita frequência provavelmente constitui um empréstimo, como as expressões dos exemplos (18) e (19). Já os enunciados (20), (21) e (22) possuem baixa frequência no português, sendo, portanto, considerados instâncias de *code-switching*.

2.5.3.

Interferência

O termo interferência é utilizado para designar um desvio gramatical decorrente do contato entre duas ou mais línguas, resultado da transferência de estruturas de uma língua para outra durante o processo de aprendizagem de uma língua estrangeira:

“[Interferências são] instâncias de desvio das normas de uma das línguas que ocorrem na fala de bilíngües como resultado de sua familiaridade com mais de uma língua.”

(Weinreich, 1953, p.1)

Nos estudos iniciais sobre línguas em contato, todos os fenômenos observados na produção bilíngüe eram considerados interferência lingüística. Como vimos na introdução deste trabalho, qualquer alternância entre códigos era vista de maneira negativa, sendo considerada um desvio da norma. Atualmente, entretanto, os pesquisadores diferenciam os diversos fenômenos de línguas em contato, e a interferência lingüística é vista como um tema relacionado à aquisição de segunda língua, como aponta McLaughlin:

“[Interferências são] erros que ocorrem no aprendizado de uma segunda língua (B) que refletem a aquisição da língua anterior (A) e que não são encontrados no desenvolvimento daqueles que adquirem esta língua (B) como língua materna.”

(McLaughlin, 1984, p.66)

A interferência ocorre, portanto, quando o aprendiz tenta aplicar as regras da língua com a qual tem mais familiaridade àquela que está em processo de aprendizagem. Ainda, aponta MacLaughlin, os pesquisadores da área de aquisição de segunda língua têm mostrado que tais “erros” no aprendizado da L2 são semelhantes àqueles pelos quais os aprendizes de L1 passam. A interferência lingüística muitas vezes resulta em produções errôneas na segunda língua, e

ocorre com falantes que estão iniciando o aprendizado de uma língua estrangeira e com crianças em ambientes bilíngües, mas pode acontecer até o momento em que o falante se torne proficiente em sua segunda língua. Este fenômeno pode ocorrer em todos os níveis lingüísticos (fonológico, morfológico e sintático). O enunciado abaixo constitui um exemplo de interferência sintática cometida por um falante de português como língua materna durante o aprendizado do inglês:

(23) Inglês – interferência do português (dados próprios, não publicados):

*Are you seeing what is happening?

(Você está vendo o que está acontecendo?)

Ao invés de produzir “Can/Do you see what is happening?”, o falante utiliza a estrutura sintática do português para construir uma sentença em inglês. Uma vez que em português utilizamos “Você está vendo o que está acontecendo?”, pode-se dizer que o falante simplesmente traduziu a sentença do português para o inglês, produzindo um enunciado agramatical em sua língua estrangeira. Neste caso, o falante aplica as regras lingüísticas que ele conhece melhor, mas o resultado é um enunciado agramatical.

Já os exemplos a seguir ilustram interferências lexicais do francês no português e vice-versa:

(24) Português – *interferência do francês* (dados próprios, não publicados):

*Eu já estava *arrivando*, mas o motorista do táxi se perdeu.

(Eu já estava *chegando*, mas o motorista do táxi se perdeu)

(25) Francês – *interferência do português* (dados próprios, não publicados):

*Ne te *preocupes* pas.

(Não se *preocupe*.)

No enunciado (24), o falante nativo de francês em processo de aprendizado de português aplica a regra de formação de gerúndio em português a um verbo em sua língua materna (“*arriver*”). Em (25), o falante de português como primeira língua também utiliza o radical de um verbo de sua língua materna com a flexão do francês. Mais uma vez, o resultado é um enunciado agramatical.

Hasselmo (1969) distinguiu este fenômeno de *code-switching* ao afirmar que a interferência diz respeito à sobreposição das duas línguas em momentos

específicos, enquanto o *code-switching* envolve uma mistura entrelaçada, linear, das duas línguas. Estendendo a idéia proposta pelo autor, podemos considerar que a interferência, como resultado do processo de aquisição/aprendizado de uma segunda língua, reflete a falta de maturidade lingüística do falante bilíngüe e geralmente inclui hesitação e dúvida. Ainda, a interferência lingüística resulta inevitavelmente em enunciados agramaticais, enquanto o *code-switching* não viola as regras gramaticais das línguas envolvidas. Logo, estes são os parâmetros – maturidade lingüística e gramaticalidade – que podemos utilizar para distinguir estes dois comportamentos discursivos.

2.6.

Sumário e considerações

Para situarmos nossa discussão acerca do *code-switching*, fez-se necessária uma discussão terminológica dos fenômenos de línguas em contato, uma vez que a literatura na área apresenta grande divergência no que diz respeito à conceituação de práticas relacionadas à interação bilíngüe. Inicialmente, buscamos descrever a situação bilíngüe, que não é estática e depende de diferentes fatores, como aponta Mackey (1968). Diversos pesquisadores conceituaram bilingüismo com base na proficiência lingüística, tendo, inclusive, se posicionado em extremos opostos (de um lado Bloomfield, 1933; de outro, Haugen, 1953, e MacNamara, 1969). Cientes da relatividade deste fenômeno, adotamos o par conceitual *bilingüismo v. bilingüidade* (Hamers & Blanc, 1989; Savedra & Heye, 1995), que dá conta da distinção entre a prática bilíngüe como uma situação societal e individual. Uma vez que o indivíduo bilíngüe passa por diferentes estágios em relação ao domínio e ao uso das línguas envolvidas, o termo bilingüidade parece-nos adequado para descrever tais etapas da experiência bilíngüe.

Em seguida, discutimos os fatores envolvidos na escolha lingüística do falante bilíngüe. Para isso, achamos válido delimitar a noção de código, que está de acordo com a sugestão de Romaine (1989) de considerar não somente e línguas, mas também variedades da mesma língua. O bilíngüe, portanto, não é o indivíduo que utiliza somente duas línguas em suas interações verbais, mas

também diferentes dialetos. No momento da escolha de um código em detrimento de outro, diversos fatores estão envolvidos, tais como o ambiente, os participantes, as relações entre eles (sejam elas estáveis ou as que se deseja construir naquela determinada interação), e o tópico. Além de escolher por um código específico, o bilíngüe também pode alternar entre códigos numa mesma interação, e é a este fenômeno lingüístico que chamamos de *code-switching*.

Blom e Gumperz (1972) classificaram a prática de alternar entre códigos em *code-switching situacional* e *code-switching metafórico*. O primeiro tipo diz respeito a mudanças na situação que provocam a alternância, enquanto o segundo refere-se a mudanças de código relacionadas prioritariamente ao tópico. A alternância entre códigos pode ocorrer dentro dos limites da sentença, o que é o caso do *code-switching intrasentencial*, ou fora deles, o que ocorre no *code-switching intersentencial*. Ainda, o fragmento alternado pode consistir de uma única expressão ou item lexical em outro código, como é o caso de do *tag-switching*. Segundo Poplack (1980), o tipo de *code-switching* que apresenta maior risco sintático é o intrasentencial, sendo seguido pelo intersentencial e pelo *tag-switching*, respectivamente. Por esta razão, percebe-se, nos dados encontrados na literatura, que os falantes de maior proficiência bilíngüe realizam com maior frequência este primeiro tipo de *code-switching*, enquanto os menos proficientes geralmente se atêm ao segundo e ao terceiro.

Após definir *code-switching*, buscamos diferenciá-lo de outros fenômenos lingüísticos, como *code-mixing*, empréstimos e interferência. Mostramos que a separação entre *code-switching* e *code-mixing* apresentada por alguns pesquisadores deve-se às diferentes abordagens teóricas a que estes autores se afiliam. Os sociolingüistas estão voltados às funções que a alternância entre códigos desempenha no discurso; portanto, utilizam *code-switching* como um termo geral. Já os pesquisadores que se inserem num panorama gramatical buscam as restrições sintáticas ao *code-switching*, e têm como foco o *code-switching* dentro dos limites das sentenças, isto é, o *code-switching* intrasentencial. Para distingui-lo de outros tipos de *code-switching*, alguns deles dão preferência ao termo *code-mixing* em detrimento de *code-switching*, mas sabemos ser pouco útil a criação de novas terminologias quando já existem outras capazes de preencher este espaço. Logo, a utilização de tal conceito não se faz

necessária, uma vez que a expressão *code-switching intrasentencial* dá conta desta distinção. Destarte, consideramos mais válida a adoção do termo *code-switching* para referência à alternância entre códigos dentro de uma mesma interação conversacional, e a utilização da terminologia proposta por Poplack (1980) para definir se tal alternância ocorre dentro ou fora dos limites da sentença. Atualmente, percebemos que esta é a posição adotada pela maioria dos pesquisadores em línguas em contato.

Outra questão controversa na literatura diz respeito à distinção entre empréstimos e *code-switching* envolvendo apenas um item lexical. Contudo, como o *code-switching* é uma prática exclusiva do indivíduo bilíngüe, palavras ou expressões provenientes de um segundo código não são utilizadas por falantes monolíngües a não ser que já estejam inseridas em seu vocabulário sob a forma de empréstimos. Neste caso, estas expressões sofrem adaptação morfofonológica à língua que as adotaram. Como vimos, é desta forma que podemos diferenciar estes dois fenômenos.

Por fim, o *code-switching* também se distingue claramente de interferência lingüística, já que o segundo é um fenômeno usual típico do processo de aprendizagem de língua estrangeira, enquanto que o *code-switching* é uma manifestação da experiência bilíngüe. A interferência é, muitas vezes, uma estratégia de aprendizagem de L2 ou LE, o que definitivamente não é o caso dos indivíduos bilíngües que fazem uso da alternância entre códigos em suas interações.